



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
Secretaria Municipal de Saúde
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 2012

PROVA TIPO

2

Cargo (Nível Superior):

ASSISTENTE SOCIAL

Prova de Português, Fund. da Administração Pública e Legislação do SUS e Conhecimentos Específicos

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **80 (oitenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **4h (quatro horas)** para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **2h (duas horas)** do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e **cargo escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas**.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo: 1

A	B	C	D	E
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** objetivas e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



FUNDEPES

Maceió/AL, 16 de Dezembro de 2012.



COPEVE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Você confia no resultado!



PORTUGUÊS

1. Considere o texto abaixo e marque a opção correta.

1 Eu fui vítima dele. Por causa dele odiei a escola. Nas
2 minhas caminhadas passadas, eu o via diariamente. Naquela
3 adolescente gorda de rosto inexpressivo que caminhava olhando
4 para o chão. E naquela outra, magricela, sem seios,
5 desengonçada, que ia sozinha para a escola. Havia grupos de
6 meninos e meninas que iam alegremente, tagarelando, se
7 exibindo, pelo mesmo caminho... Mas eles não convidavam nem
8 a gorda e nem a magricela. Dediquei-me a escrever sobre os
9 sofrimentos a que as crianças e adolescentes são submetidos
10 em virtude dos absurdos das práticas escolares. Mas nunca
11 pensei sobre os sofrimentos que colegas infligem a colegas
12 seus. [...] Crianças e adolescentes podem ser cruéis. [...] "Bullying"
13 é o nome dele. Fica o nome inglês porque não se
14 encontrou palavra em nossa língua que seja capaz de dizer o
15 que "bullying" diz. "Bully" é o valentão: um menino que, em
16 virtude de sua força e de sua alma deformada pelo sadismo, tem
17 prazer em intimidar e bater nos mais fracos. [...] As meninas
18 usam outros tipos de força que não a força dos punhos. E o
19 terrível é que a vítima sabe que não há jeito de fugir. [...]

ALVES, Rubens. A forma escolar de tortura. Disponível em:
<http://www.rubemalves.com.br/aformaescolardatortura.htm> (Texto adaptado).

- A) Em "Dediquei-me a escrever sobre os sofrimentos [...]" (linhas 8-9), "me" exerce a função sintática de objeto direto.
- B) Em "Nas minhas caminhadas passadas, eu o via diariamente" (linhas 1-2), "o" exerce a função sintática de objeto direto.
- C) Em "Mas nunca pensei sobre os sofrimentos que colegas infligem a colegas seus" (linhas 10-12), "a" exerce a função sintática de objeto direto.
- D) O pronome "dele" (linha 1) faz referência à "adolescente gorda" (linha 3).
- E) Na expressão "Havia grupos de meninos e meninas que iam alegremente, tagarelando..." (linhas 5-6), "que" exerce a função pronome indefinido.

2. A oração intercalada, do grupo oracional abaixo, deve ser classificada como sendo de

"Em 1945, isto aconteceu no dia do aniversário da morte do seu pai, recebi a notícia de que a guerra havia acabado."

- A) escusa.
- B) ressalva.
- C) opinião.
- D) citação.
- E) advertência.

3. Considerando as funções sintáticas do pronome relativo das orações adjetivas, marque a opção correta.

- A) Em "O remédio de que tenho necessidade é muito caro", "que" tem a função de objeto indireto.
- B) Em "Este é o pesquisador por que foi escrito o artigo", "que" tem a função de agente da passiva.
- C) Em "A pessoa a que entreguei o documento deixou-o no aeroporto", "que" tem a função de objeto direto.
- D) Em "O aluno que estuda aprende", "que" tem a função de objeto direto.
- E) Em "O romance que lemos é policial", "que" tem a função de predicativo.

4. Quanto à concordância verbal, assinale o enunciado que está em acordo com a norma-padrão.

- A) A provisão eram alguns sacos de feijão.
- B) O pai ou o nosso padraço merecem o respeito de todos.
- C) Um ou dois livros foi retirado da estante ontem.
- D) Os problemas da empresa João é menos importantes do que os meus.
- E) Tudo é tristezas e desabafos.

5. Quanto à concordância nominal, assinale o enunciado que está em acordo com a norma-padrão.

- A) É proibida entrada de pessoas estranhas neste local.
- B) Podemos dizer que agora estamos quite.
- C) Apesar de estarmos bastantes cansados, fomos à praia.
- D) A moça agradeceu: muito obrigado!
- E) Há bastantes pessoas satisfeitas com sua gestão.

6. Considere o fragmento textual abaixo e assinale a opção correta.

A campanha presidencial americana é uma mistura estranha, ou mais estranha que a habitual, de personalidades e ideologia. A imprensa dedicou grande atenção aos contrastes entre as personalidades do presidente Obama (que é considerado muito simpático) e de seu adversário, Mitt Romney (mais rígido e menos simpático), e, no fim das contas, é possível que suas características pessoais venham a determinar o resultado das eleições. Não há dúvida de que a diferença será apertada, e que o fator "simpatia" poderá ser determinante para uma faixa decisiva de 2% a 4% do eleitorado. [...]

KEYSSAR, Alexander. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73/questoes-da-politica-americana/muito-longo-da-esperanca> (Texto adaptado).

- A) Em "[...] é possível que suas características pessoais venham a determinar o resultado das eleições" há uma oração subordinada substantiva apositiva.
 - B) Em "Não há dúvida de que a diferença será apertada", há uma oração subordinada substantiva completiva nominal.
 - C) Em "A imprensa dedicou grande atenção aos contrastes entre as personalidades do presidente Obama [...] e de seu adversário [...]", há uma oração subordinada adjetiva restritiva.
 - D) Em "A campanha presidencial americana é uma mistura estranha, ou mais estranha que a habitual, de personalidades e ideologia", a informação intercalada "ou mais estranha que a habitual" é uma oração subordinada substantiva subjetiva.
 - E) Em "Não há dúvida de que a diferença será apertada", há uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.
7. Na expressão "A bolsa, Maria a trazia escondida com medo do pior acontecer", o termo grifado deve ser corretamente classificado como
- A) complemento nominal.
 - B) agente da passiva.
 - C) objeto indireto pleonástico.
 - D) objeto direto.
 - E) objeto direto pleonástico.

8. A respeito do fragmento “Todas as células do corpo precisam de água para funcionar, e as neuronais não são exceção”, explica o fisiologista e autor da pesquisa, Lawrence Armstrong”, é correto afirmar:

- A) o verbo “precisam” pode ser substituído por “possuem” sem causar prejuízo sintático-semântico ao fragmento.
- B) “Todas” é pronome relativo.
- C) Os verbos “precisam” e “são” admitem a mesma regência verbal.
- D) em “[...] explica o fisiologista e autor da pesquisa, Lawrence Armstrong”, o termo “Lawrence Armstrong” é aposto.
- E) a vírgula, anteposta a “e as neuronais não são exceção”, é facultativa.

9. Sobre o acento indicativo de crase, analise os enunciados abaixo e marque o que está em acordo com a norma-padrão.

- A) Refiro-me às duas meninas, às quais dedico muito amor.
- B) Escreveu uma longa carta à lápis.
- C) Ele ofereceu o trabalho a homem ou à mulher?
- D) Não assisto mais a filmes hoje, porque já assisti à duas sessões ontem.
- E) A medida que o IPI baixa, é melhor comprar os móveis a prazo e não à vista.

10. Assinale a opção em que a partícula se é índice de indeterminação do sujeito.

- A) Vive-se bem aqui no Brasil.
- B) As duas amam-se como irmãs.
- C) Avó e neta queriam-se muito.
- D) O cego deixou-se levar pelo guia.
- E) Se você está doente, trate-se.

11. Leia o texto abaixo e marque a opção correta.

– Pai, vó caiu na piscina.
– Tudo bem, meu filho.
[...]
– Escutou o que eu falei, pai?
– Escutei, e daí? Tudo bem.
– Cê não vai lá?
– Não estou com vontade de cair na piscina.
– Mas ela tá lá...
– Eu sei, você já me contou. Agora deixe seu pai fumar um cigarrinho descansado.”

ANDRADE, Carlos Drummond. Vó caiu na piscina. Rio de Janeiro, 1996 (Verso na prosa, Prosa no verso, 3)

- A) Na expressão "Mas ela tá lá..." o pronome "ela" permite a progressão textual e é classificado como pronome oblíquo átono.
- B) Na expressão "Não estou com vontade de cair na piscina", o nome "vontade" pode ser regido pela preposição "em".
- C) A expressão "cair na piscina" causa ambiguidade textual.
- D) Na expressão "Escutou o que eu falei, pai?", o termo "pai" é aposto explicativo.
- E) O verbo "cair", no texto, denota, contextualmente, o ato de perder o equilíbrio ou levar uma queda.

12. Analise a tirinha abaixo e marque a opção correta.



clubedamafalda.blogspot.com

- A) “Deles”, no segundo quadrinho, é uma retomada linguística chamada catáfora.
- B) O verbo “dizer”, da expressão “[...] se não entende o que dizem?”, é classificado como irregular e a segunda pessoa do plural do futuro do subjuntivo é “disseres”.
- C) Em “[...] e até hoje ninguém sabe o que quer dizer au au”, o verbo “saber” conjugado na primeira pessoa do singular do indicativo é “saibo”.
- D) “Deles”, no segundo quadrinho, é uma retomada linguística chamada anáfora.
- E) Em “Como é que você pode gostar deles...”, o verbo “poder” segue o mesmo paradigma de conjugação do verbo “pôr” por serem verbos defectivos.

13. Acerca da imagem abaixo, marque a opção verdadeira.



Transcrição do texto do balão: “O NOVO modelo ROOSEVELT de ESPERANÇA...”

Fonte: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73>

- A) Divulga explicitamente as relações político-financeiras dos candidatos à presidência dos EUA, considerando-se que é um gênero textual imparcial e impessoal.
- B) Enquanto gênero textual da esfera jornalística, é uma sátira social revestida de acontecimentos políticos.
- C) É um gênero textual do domínio oral encontrado, sobretudo, em revistas especializadas.
- D) Enquanto gênero textual da esfera política, objetiva criticar fatos políticos por meio de personagens reais envolvidas em situações corriqueiras do dia a dia.
- E) Não pode ser classificado como texto, tendo em vista não possuir linguagem verbal.

14. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

Final Feliz?

Ingredientes

3 filhas com grave problema renal (há quatro anos fazem diálise e esperam um órgão na fila de transplante);

1 mãe que possui apenas dois rins e, destes, apenas um disponível;

1 Hospital do Rim, na zona sul de São Paulo;

1 médico especialista em transplantes e 1 equipe de apoio para este médico.

Modo de fazer

1. Pegue as filhas, leve-as ao médico e faça-as descobrir a grave doença; deixa-as em banho-maria;
2. Pegue então a mãe e dê a notícia a ela, dizendo que ela terá de escolher a qual das filhas doará seu rim; reserve;
3. [...] Este procedimento causará grande ebulição de sentimentos (angústias, ansiedade, tristezas etc.); espere então até que esfrie;
4. Convoque então as quatro para que decidam juntas qual das filhas receberá o rim;
5. [...] Resolvido? Então leve a mãe e as filhas ao Hospital do Rim [...];
6. Entre apenas com a mãe e apenas uma das filhas na sala de cirurgia;
7. Faça o transplante e deixe as outras duas filhas esperando na fila de transplante;
8. Retorne, então, com a filha transplantada e a mãe para casa, e leve as outras duas para o hospital para fazer diálise;
9. Final feliz?

Texto adaptado. Autora: Júlia Portela, aluna do Curso de Comunicação e Mídias da PUC-SP. Disponível em Koch & Elias (2011)

O texto acima é caracterizado como sendo o gênero

- A) artigo de opinião.
- B) receita culinária.
- C) manchete.
- D) carta.
- E) notícia.

15. Sobre as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2008, marque a opção correta.

- A) Com o prefixo *vice*, não se usa mais o hífen. Exemplos do uso dessa regra são: *vice-reitor*, *vice-presidente* e *vice-secretário*.
- B) O hífen deixa de ser empregado quando o prefixo termina em vogal diferente da vogal com que se inicia o segundo elemento. Constituem-se exemplos dessa regra: *aeroespacial*, *antieducativo* e *semiaberto*.
- C) Segundo as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o vocabulário e a sintaxe permanecem exatamente como estão, e a pronúncia sofre leves alterações.
- D) Não foi alterado o acento na conjugação da terceira pessoa do plural do presente do indicativo ou subjuntivo dos verbos *crer*, *dar*, *ler* e *ver*.
- E) O acento diferencial em *pôde/pode* foi extinto, como podemos perceber na frase "Ontem, ele não *pode* sair mais cedo, mas hoje ele *pode*".

16. Marque a opção em que há pelo menos uma palavra que foi alterada pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

- A) Cada qual sabe a dor que tem.
- B) Os fiéis participaram dos festejos da paróquia.
- C) Os Müller são bons vizinhos.
- D) Eles têm desejos e não param de sonhar.
- E) O vice-reitor visitou os alunos do Curso de Enfermagem mês passado.

As questões 17 e 18 se referem ao texto abaixo.

Beba água e melhore seu raciocínio

Ficar só um pouco desidratado já compromete o trabalho dos neurônios e causa até irritação



Novo estudo da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos, aponta um motivo inusitado para bebermos bastante líquido ao longo do dia, e especialmente quando estamos lendo, estudando, escrevendo... Após acompanhar 51 voluntários submetidos a testes de atenção e lógica, os cientistas descobriram que mesmo uma desidratação leve – aquela que muitas vezes surge antes de a sede dar as caras – já atrapalha o raciocínio. Mais do que isso, o humor piora com a falta de H₂O no organismo. "Todas as células do corpo precisam de água para funcionar, e as neuronais não são exceção", explica o fisiologista e autor da pesquisa, Lawrence Armstrong. "Sem hidratação adequada, as informações e os sentimentos acabam sendo processados de um jeito impróprio pela massa cinzenta", conclui.

RUPRECHT, Theo. Disponível em: http://saude.abril.com.br/edicoes/0350/bem_estar/beba-agua-melhor-seu-raciocinio-688085.shtml

17. Conforme o texto, assinale a opção correta.

- A) As células do corpo, a exemplo das neuronais, precisam de doses mínimas de água.
- B) O cérebro processa as informações com deficiência a depender da quantidade de água que ingerimos.
- C) O humor e os sentimentos, para não serem afetados, independem da quantidade de água ingerida diariamente.
- D) Passar dias sem tomar água compromete o processamento cerebral, causando irritação.
- E) Precisamos beber água enquanto lemos, estudamos e escrevemos para evitar a morte das células.

18. Em resumo, o texto de Theo Ruprecht

- A) prova que as células neuronais funcionam, sobretudo, à base de água.
- B) expõe que estudos feitos com voluntários comprovaram a ineficácia da água quando o assunto é raciocínio.
- C) afirma que sem hidratação adequada podemos ter boa saúde mental.
- D) mostra que tomar água com frequência evita problemas de saúde.
- E) evidencia que a mínima desidratação interfere no funcionamento dos neurônios.



19. No enunciado "Ele me prometeu que casaria comigo no ano passado, mas não o fez", o termo "o" é classificado como
- A) pronome relativo.
 - B) pronome oblíquo tônico.
 - C) pronome pessoal.
 - D) pronome demonstrativo.
 - E) objeto indireto.

20. As formas verbais que completam corretamente a expressão abaixo são:

Eu (agir) assim, porque não (enxaguar) meus cabelos todos os dias.

- A) ajo, enxáguo
- B) ago, enxáguo
- C) ajo, enxáguo
- D) hajo, enxáguo
- E) ajo, enxaguo

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO DO SUS

21. Dadas as afirmativas abaixo sobre os princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro,

- I. O Princípio da Eficiência preconiza que a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, qualidade e rendimento funcional.
- II. O Princípio da Publicidade impõe a presença do nome do gestor público nos atos e nas obras do Poder Público.
- III. O Princípio da Moralidade orienta a punição dos chamados atos de improbidade administrativa.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) III.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I.
- E) II.

22. Não constitui característica do poder hierárquico:

- A) manter, na Administração Pública, uma estrutura hierarquizada de órgãos e de agentes públicos.
- B) dar ordens aos subordinados, implicando em um dever de obediência para esses últimos, salvo quando as ordens forem manifestamente ilegais.
- C) controlar a atividade dos órgãos inferiores, corrigindo ilegalidades.
- D) poder de delegar a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos, as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- E) avocar, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

23. Com relação ao Decreto nº 7.508, que regulamenta a Lei nº 8.080/90, dispondo sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a opção correta.

- A) Caberá aos entes federativos para assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS garantir o sigilo no acesso às ações e aos serviços de saúde.
- B) Caberá aos entes federativos para assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS ofertar regionalmente as ações, mas não os serviços de saúde.
- C) O Ministério da Saúde disporá sobre critérios, diretrizes, procedimentos, que auxiliem os entes federativos a assegurar ao usuário o acesso às ações e serviços de saúde do SUS, sendo vedadas outras medidas para atingir esse mesmo objetivo.
- D) O acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde será ordenado pela atenção primária e deve ser fundado na avaliação da gravidade do risco individual e coletivo e no critério cronológico, observadas as especificidades previstas para pessoas com proteção especial, conforme legislação vigente.
- E) As Comissões Intergestoras evitarão pactuar regras de continuidade do acesso do usuário às ações e aos serviços de saúde na respectiva área de atuação.



24. Com relação aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8666/93, assinale a opção incorreta.

- A) Podem ser alterados unilateralmente, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- B) Podem ser alterados por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- C) Podem ser alterados por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- D) Podem ser alterados unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- E) Podem ser alterados unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

25. Com relação ao Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió (Lei nº 4.973/00), assinale a opção incorreta.

- A) A posse poderá dar-se mediante procuração específica lavrada em cartório.
- B) A posse em cargo público de provimento efetivo dependerá de prévia inspeção médica, realizada pela Junta Médica Oficial do município.
- C) Somente pode ser empossado aquele que for julgado apto físico e mentalmente para o exercício do cargo.
- D) A posse é a investidura do servidor em cargo público e dar-se-á pela assinatura do respectivo termo.
- E) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, sendo permitida uma prorrogação.

26. Dadas as seguintes afirmativas com relação ao regime de licitações previsto pela Lei nº 8666/93,

- I. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- II. A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso e, em regra, nas licitações internacionais.
- III. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I, apenas.
- E) II, apenas.

27. Sobre o controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) A Constituição Federal prevê que a União será fiscalizada mediante o controle interno a cargo do Congresso Nacional e o controle externo de cada Poder.
- B) O poder de autotutela decorre do controle externo inerente à Administração Pública.
- C) O controle de legalidade é o que se consuma pela verificação da conveniência e da oportunidade da conduta administrativa.
- D) O controle de legalidade da Administração Pública pode ser exercido de ofício ou por provocação de algum interessado, correspondendo ao exame sobre a compatibilidade da conduta administrativa com as normas legais que a regem.
- E) É externo o controle que cada um dos Poderes exerce sobre seus próprios atos e agentes.

28. Sobre o poder de polícia, assinale a opção correta.

- A) Os atos de fiscalização e aplicação de sanções administrativas emanados do exercício do poder de polícia não podem ser objeto de controle jurisdicional, em nome do princípio da separação dos poderes.
- B) Suponha que certa autoridade administrativa determine o afastamento de ocupante de cargo em comissão, por este ter utilizado, para fins pessoais, um automóvel pertencente ao Poder Público. Neste caso, o ato de afastamento enquadra-se como ato de polícia administrativa.
- C) Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não podem ser utilizados como parâmetros para avaliar eventuais excessos praticados pelo Poder Público no exercício de poder de polícia, por serem muito vagos e imprecisos.
- D) Admite-se a delegação do poder de polícia à pessoa jurídica de direito privado, desde que precedida de licitação pública.
- E) Alguns atos praticados no exercício do poder de polícia se revestem do atributo da autoexecutoriedade, permitindo à Administração Pública utilizar de meios diretos de coação como, por exemplo, a destruição de alimentos nocivos à saúde pública.

29. Segundo a Lei Orgânica de Maceió, compete ao Município:

- A) expedir plano diretor destinado a garantir a execução de política racional do desenvolvimento e de expansão urbanos.
- B) instituir, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço público de transporte intermunicipal.
- C) exercitar o poder de polícia administrativa, limitando o interesse coletivo em benefício do interesse individual.
- D) legislar sobre os assuntos de interesse geral, revogando eventual legislação federal e estadual que estejam em sentido contrário.
- E) instituir e arrecadar tributos, fixar tarifas, estabelecer preços e aplicar suas rendas, observada a obrigatoriedade da prestação anual de contas pelos administradores, dispensada a apresentação periódica de balancetes.



30. Maria Joana, servidora pública municipal de Maceió, lotada na Secretaria de Saúde, sofreu limitação em sua capacidade de trabalho, decorrente de acidente de trânsito. Em inspeção médica, concluiu-se que citada servidora não estava incapacitada para o serviço público, mas constatou-se também que ela não mais dispunha de habilidade para desempenhar as funções do cargo no qual fora investido. A administração municipal providenciou, então, a investidura de Maria Joana em outro cargo, com atribuições compatíveis com a limitação sofrida. Esta nova investidura é denominada

- A) recondução.
- B) readaptação.
- C) aproveitamento.
- D) reversão.
- E) reintegração.

31. Em relação ao controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) O juiz pode analisar o mérito do ato discricionário se considerar manifesta a inconveniência de sua manutenção.
- B) Apenas após esgotadas as vias administrativas é que o Poder Judiciário pode ser provocado para apreciar a legalidade de ato da Administração Pública.
- C) A existência do controle externo pelo Poder Judiciário não exclui o poder de autotutela da Administração Pública, pelo qual ela pode rever os seus próprios atos.
- D) O controle jurisdicional apenas pode ser realizado em relação aos atos vinculados da Administração Pública.
- E) No controle dos atos discricionários, o Poder Judiciário pode analisar a competência para prática do ato, mas não a sua forma, que é de livre escolha do agente público.

32. Mário Sérgio, servidor público municipal, foi acusado de receber elevada quantia em dinheiro para praticar ato ilegal no exercício de sua função com o objetivo de beneficiar uma pessoa. Mário Sérgio foi denunciado criminalmente perante o Poder Judiciário e, pela mesma conduta, respondeu a processo administrativo disciplinar. No juízo criminal, ficou provado que a ilicitude foi cometida por João Paulo, outro servidor lotado no mesmo órgão que Mário Sérgio, sendo este, ao final, considerado inocente das acusações. Considerando esta situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) Diante da decisão judicial, Mário Sérgio não deverá mais responder pelo mesmo fato no processo administrativo disciplinar.
- B) Caso já tenha sido decidido o processo administrativo disciplinar, Mário Sérgio terá que cumprir a penalidade administrativa, mesmo tendo sido inocentado na esfera criminal.
- C) Não é válida a tramitação simultânea dos processos judicial e administrativo contra Mário Sérgio.
- D) A decisão judicial não causará nenhuma repercussão no processo administrativo, pois cuidam-se de instâncias independentes.
- E) Apenas quando, no processo criminal, for reconhecida a inexistência do fato imputado ao réu é que a decisão judicial repercutirá no processo administrativo.

33. Dados os itens abaixo, levando em consideração o Estatuto dos Servidores de Maceió (Lei nº 4.973/00) no que diz respeito à responsabilização do agente público,

- I. O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas funções.
- II. Os efeitos da ação regressiva movida pelo Poder Público contra seu servidor transmitem-se aos herdeiros e sucessores deste, respeitado o limite do valor da herança transferida.
- III. Apenas quando o servidor público atuar com dolo, causando prejuízo ao erário, é que deverá ser condenado a ressarcir os cofres públicos.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) II.

34. Assinale a opção incorreta sobre as noções de orçamento público.

- A) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- B) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias e apreciados pelo Congresso Nacional.
- C) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- D) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- E) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

35. Na hipótese de alguns municípios situados no mesmo Estado decidirem se unir com o propósito de estabelecer uma gestão associada de serviços públicos na área de saúde, visando a redução de custos operacionais, elevação da eficiência administrativa e maior cobertura na prestação dos serviços, poderão criar a seguinte entidade administrativa:

- A) consórcio público.
- B) organização da sociedade civil de interesse público.
- C) organização social.
- D) sociedade de economia mista.
- E) empresa pública.



36. Dados os itens abaixo, levando em consideração o Estatuto dos Servidores de Maceió (Lei nº 4.973/00),

- I. É vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos. Essa proibição, contudo, não se estende aos empregos e funções nas empresas públicas e sociedades de economia mista.
- II. A acumulação de cargos, empregos e funções, quando admitida em lei, fica condicionada à compatibilidade de horários.
- III. A acumulação ilegal de cargo, emprego ou função é hipótese prevista em lei de demissão do servidor público.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) II.

37. Dados os itens abaixo, sobre o regime de prestação de serviços públicos,

- I. Nos contratos de concessão de serviços públicos, a fiscalização do serviço delegado compete ao Poder Público concedente, que dispõe, inclusive, de poder de intervenção para regular o serviço, quando estiver sendo prestado deficientemente aos usuários.
- II. De acordo com a legislação pertinente, não constitui parceria público-privada a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- III. Na celebração de parcerias público-privadas, são indelegáveis ao parceiro-privado as funções de regulação, jurisdicional, do exercício de poder de polícia e de outras exclusivas do Estado.

verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) I, II e III.
- B) apenas III.
- C) apenas II.
- D) apenas II e III.
- E) apenas I e II.

38. Dados os itens abaixo, de acordo com as regras e princípios que regem as licitações públicas,

- I. Caso determinada unidade administrativa esteja diante de situação em que deva realizar licitação na modalidade convite, será legítimo ao administrador querer realizar na modalidade tomada de preço.
- II. Considera-se deserta a licitação quando nenhum dos interessados é selecionado em decorrência da inabilitação ou desclassificação.
- III. Nas hipóteses em que a lei autoriza a contratação direta, sem licitação, dispensa-se a justificativa do agente público em relação à escolha da contratada.

verifica-se está(ão) correto(s) que apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) II.

39. Dados os itens abaixo, acerca dos princípios constitucionais da Administração Pública,

- I. O princípio da legalidade administrativa proíbe a divulgação da remuneração recebida pelos ocupantes de cargos públicos, bem como as funções por eles desempenhadas.
- II. O servidor público, no exercício de suas funções, deve obediência não apenas à legalidade estrita, mas também à moralidade administrativa, que impõe um dever ético na gestão da coisa pública.
- III. A proibição para nomear parentes para cargos em comissão é matéria que depende de lei, não se admitindo que esta vedação decorra de decisão judicial.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) II.

40. Dados os itens abaixo, a respeito do controle exercido sobre o Poder Executivo municipal, nos termos da Lei Orgânica de Maceió,

- I. Caso sejam celebrados contratos de gestão entre Administração Pública municipal e entidades privadas sem fins lucrativos, por meio dos quais são previstos repasses de recursos públicos para fomentar as atividades desenvolvidas por tais entidades, o Tribunal de Contas do Estado não é competente para fiscalizar o uso devido dos valores transferidos.
- II. A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado abrange os entes da Administração Pública direta e indireta do Município de Maceió.
- III. Os responsáveis pelo controle interno da Administração Pública, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) II.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº. 8.662/93) institui penalidades para os profissionais que a infringirem, dentre as quais podemos identificar:

- A) suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta.
- B) advertência pública.
- C) retenção da carteira de identidade profissional.
- D) cancelamento temporário do registro profissional.
- E) multa de seis a dez vezes o valor da anuidade vigente.

42. O aporte instrumental pode ser definido como um conjunto articulado de instrumento e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Em se tratando do Serviço Social, o seu instrumental se constitui como uma categoria em constante movimento, a qual se desenvolve no cotidiano, na realidade a ser enfrentada, nos objetivos que se pretende atingir, sendo necessária a articulação entre as competências

- A) metodológicas, técnicas e privativas.
- B) éticas, metodológicas e pessoais.
- C) criativas, técnicas e avaliativas.
- D) teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.
- E) normativas, técnicas e valorativas.

43. A Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade que são destinadas a assegurar direitos relativos à

- A) assistência social, saúde e educação.
- B) saúde, previdência e assistência social.
- C) cultura, assistência social e previdência.
- D) saúde, meio ambiente e educação.
- E) educação, previdência e assistência social.

44. Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, as ações e os serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único que se organiza de acordo com as seguintes diretrizes:

- A) a promoção à saúde; proteção à maternidade e o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- B) redução do risco de doença; participação da comunidade e acesso universal.
- C) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e proteção à maternidade, principalmente as gestantes.
- D) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.
- E) cobertura de eventos de doença; proteção à maternidade, principalmente as gestantes e regionalização.

45. De acordo com os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, são desenvolvidas pelos assistentes sociais ações no atendimento direto aos usuários da política de saúde; dentre elas, as que predominam são as ações

- A) preventivas, socioassistenciais e socioeducativas.
- B) socioeducativas, preventivas e socioassistenciais.
- C) integradas, socioassistenciais e de promoção à saúde.
- D) preventivas, socioeducativas e integradas.
- E) socioassistenciais, de articulação interdisciplinar e socioeducativas.

46. Segundo Regina Mito e Vera Nogueira (2009), a construção da integralidade e da participação social em saúde, pelo Serviço Social, está atrelada a três processos básicos, dialeticamente articulados, a saber:

- A) os processos político-organizativos, os processos de planejamento e gestão e os processos socioassistenciais.
- B) os processos de orientação e acompanhamento social, os processos organizativos e os processos de formulação de políticas públicas.
- C) os processos de planejamento, os processos de formulação de políticas públicas e os processos socioeducativos.
- D) os processos preventivos, os processos socioeducativos e os processos de planejamento.
- E) os processos organizativos, os processos administrativos e os processos de planejamento.

47. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), em seu artigo 4º, caracteriza o Sistema Único de Saúde – SUS, com o sendo

- A) um conjunto articulado de ações e serviços de saúde prestados somente por instituições federais.
- B) um conjunto articulado de ações de promoção, prevenção e proteção à saúde.
- C) ações e serviços de saúde prestados de forma integral e universal a quem dela necessitar.
- D) um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
- E) um conjunto de ações e serviços de saúde de iniciativa público-privada.

48. Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), é incorreto afirmar:

- A) o Benefício de Prestação Continuada deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos para a avaliação da continuidade das condições que lhes deram origem.
- B) considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou da pessoa idosa, a família cuja a renda mensal *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.
- C) o benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.
- D) a situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.
- E) para efeito de concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.



49. A previdência social, componente do tripé da Seguridade Social, provê aos seus segurados benefícios previdenciários, dentre eles a aposentadoria por invalidez, que pode ser caracterizada como

- A) um benefício pago ao segurado, que durante sua vida profissional contribui a previdência social por 15, 20 ou 25 anos, exclusivamente em condições especiais de trabalho.
- B) um benefício pago ao segurado quando a perícia médica previdenciária reconhece, por meio de laudo, que a incapacidade do segurado ao trabalho é total e definitiva e insusceptível de reabilitação para qualquer atividade remunerada.
- C) um benefício pago à família do segurado por sua situação de invalidez.
- D) um benefício pago ao segurado, por motivo de doença ou acidente de trabalho, devendo o segurado retornar ao trabalho no prazo de 120 dias.
- E) um benefício pago ao segurado quando atinge 65 anos se homens ou 60 se mulheres.

50. Na década de 90, algumas legislações e regulamentações deram sustentabilidade legal e institucional ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, dentre elas:

- A) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional (Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 e a Lei Orgânica da Saúde em 1990), a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e o Código de Ética Profissional de 1986.
- B) lei de Regulamentação da Profissão de 1993, Código de Ética Profissional de 1993 e Congresso da Virada.
- C) o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social de 1996 e as legislações sociais que referenciam o exercício profissional (Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 e a Lei Orgânica da Saúde em 1990).
- D) o Código de Ética Profissional de 1990, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996.
- E) o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1990 e a Constituição Federal de 1988.

51. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), são necessários requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, sendo estes:

- A) nível superior, residir no município e reconhecida idoneidade moral.
- B) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 (vinte e um) anos e residir no município.
- C) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 (vinte e um) anos e nível superior.
- D) residir no município, idade superior a 18 (dezoito) anos e nível superior.
- E) residir no município, idade superior a 18 (dezoito) anos e reconhecida idoneidade moral.

52. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na citada Lei forem ameaçados ou violados por

- A) omissão dos pais ou responsáveis; interdição das unidades de abrigo e em razão de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.
- B) falta grave dos pais ou responsáveis; ação ou omissão da sociedade ou do Estado e em razão de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.
- C) falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; interdição das unidades de abrigo e em razão de sua conduta.
- D) falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; por ação ou omissão da sociedade ou do Estado e em razão de sua conduta.
- E) interdição das unidades de abrigo; abandono dos pais ou responsáveis e em razão de dificuldades pedagógicas escolares.

53. A presença de Assistentes Sociais nas escolas expressa uma compreensão da educação em uma dimensão mais integral, articulando os diferentes processos da vida social do educando. Nessa direção, a inserção desses profissionais nos espaços educacionais tem-se dado no sentido de

- A) fortalecer as práticas educativas pedagógicas.
- B) fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais.
- C) moralizar os educandos, combatendo os índices de gravidez na adolescência.
- D) supervisionar o trabalho dos educadores.
- E) contribuir para o acirramento das expressões da questão social, presente no cotidiano escolar.

54. Em relação aos dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a opção correta.

- A) Um dos princípios da LOAS é a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da assistência, alcançável pelas demais políticas públicas.
- B) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é a instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social, formado por gestores governamentais e usuários dos serviços.
- C) As entidades assistenciais privadas não fazem parte do sistema de assistência social, mas podem estabelecer convênios com o poder público registrando em cartório e nos demais órgãos necessários para que possam funcionar.
- D) Como direito do cidadão e dever do Estado, a assistência social é política de seguridade social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto não integrado de ações de iniciativa exclusivamente pública.
- E) São consideradas como entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam atendimento e acompanhamento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, mediante algum tipo de retribuição financeira.



55. O artigo 18 do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais autoriza a quebra de sigilo profissional em situações:

- A) em que somente houver fato delituoso, cuja gravidade coloque em risco os interesses dos usuários, de terceiros ou da coletividade.
- B) cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo ao interesse dos usuários, de terceiros ou da coletividade.
- C) em que somente estiverem em risco os interesses individuais.
- D) cuja gravidade coloque em risco as concepções pessoais do profissional.
- E) cuja gravidade não coloque em risco os interesses dos usuários, de terceiros ou da coletividade.

56. O Estatuto da Criança e do Adolescente institui o paradigma da proteção integral a crianças e adolescentes, que passam a ser considerados

- A) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta somente do Estado.
- B) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos não possuidores de direitos que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado.
- C) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos sem prioridade absoluta.
- D) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado.
- E) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta somente da família.

57. A política de saúde introduzida no texto constitucional de 1988 inspirou-se em muitas das proposições defendidas por vários anos pelo Movimento

- A) Sanitarista.
- B) Epidemiológico.
- C) Para a saúde do trabalhador.
- D) Pró-saúde.
- E) Saúde para todos.

58. Em relação aos benefícios eventuais garantidos na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8.742/1993), é correto afirmar:

- A) os benefícios eventuais compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar os serviços assistenciais.
- B) os benefícios eventuais constituem-se da garantia de um salário mínimo mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais.
- C) entende-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.
- D) não poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais além dos garantidos na Lei nº. 8.742/1993.
- E) entende-se por benefícios eventuais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida das populações.

59. Conforme Cartilha dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social construída pelo Conselho Federal de Serviço Social, a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social deve afastar-se das abordagens

- A) orientadas em uma perspectiva crítica.
- B) que tenham vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.
- C) em uma perspectiva de totalidade.
- D) tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.
- E) em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

60. Em relação ao Centro de Referência da Assistência Social, é incorreto afirmar:

- A) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano.
- B) executa serviços de proteção social básica.
- C) atua com famílias que tiveram seus direitos violados.
- D) o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF) é desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).
- E) atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.

61. Conforme Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os municípios comportam três níveis de gestão, sendo elas:

- A) inicial, secundária e plena.
- B) inicial, básica e plena.
- C) primária, básica e plena.
- D) primária, secundária e terciária.
- E) inicial, secundária e terciária.

62. São instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo da assistência social:

- A) o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e as delegacias seccionais.
- B) o Conselho Federal de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e as delegacias seccionais de Assistência Social.
- C) o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e os Conselhos Municipais de Assistência Social.
- D) o Conselho Federal de Serviço Social, os Conselhos Regionais de Serviço Social e as delegacias seccionais.
- E) o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social.



63. O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social. Sua elaboração é de responsabilidade

- A) do órgão gestor da política de Assistência Social.
- B) do Conselho Federal de Serviço Social.
- C) dos Conselhos Municipais de Serviço Social.
- D) do Conselho Nacional de Assistência Social.
- E) do Conselho Estadual de Serviço Social.

64. Em relação à organização e à gestão da política de assistência social, as ações na área desta política são organizadas em sistema

- A) deliberativo e centralizado.
- B) social e centralizado.
- C) privativo e descentralizado.
- D) descentralizado e participativo.
- E) centralizado e participativo.

65. O estudo social, a perícia social, o laudo social e o parecer social são instrumentos de trabalho

- A) dos assistentes sociais e psicólogos.
- B) de domínio dos profissionais de saúde e dos assistentes sociais.
- C) de domínio de assistentes sociais, psicólogos e advogados.
- D) de todas as categorias profissionais da área jurídica, da previdência social e do trabalho em penitenciárias.
- E) de domínio específico e exclusivo do assistente social.

66. Conforme Yamamoto (2010), o projeto profissional dos assistentes sociais abarca a defesa das prerrogativas desses profissionais; no entanto, por ser dotado de um caráter ético-político, ele se eleva a uma dimensão de

- A) dinamicidade.
- B) messianismo.
- C) universalidade.
- D) singularidade.
- E) criatividade.

67. Com relação aos direitos do idoso, o Estatuto do Idoso preconiza o seguinte:

- A) não tendo o idoso ou os seus familiares condições econômicas de prover o seu sustento, torna-se obrigação desse provimento no âmbito da sociedade civil, correspondendo à chamada obrigação alimentar solidária.
- B) nos transportes coletivos interestaduais, conforme termos da legislação específica, estará reservado 10% das vagas gratuitas por veículo para idosos.
- C) o idoso possui prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, observando-se a reserva de 10% das unidades residenciais.
- D) nos estacionamentos públicos ou privados está assegurado a reserva, com base na lei local de 10% das vagas para idosos.
- E) aos maiores de 65 anos, para que possam ter a gratuidade no transporte coletivo público urbano e semiurbanos, é necessário que apresentem qualquer documento pessoal que comprove a sua idade.

68. O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 e é entendido como

- A) um instrumento de exclusão da participação popular no processo de gestão democrática.
- B) um instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.
- C) um instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e centralizado.
- D) um instrumento de controle do Estado sobre os cidadãos.
- E) um meio de controle das doenças socialmente contagiosas.

69. Os fóruns privilegiados de deliberação e fiscalização das políticas públicas, com efetiva participação popular são:

- A) eleições e plebiscitos.
- B) oficinas e capacitações.
- C) conselhos e oficinas.
- D) conselhos e conferências.
- E) plebiscitos e referendos.

70. Dadas as afirmativas seguintes,

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

são princípios da política de assistência social expostos na Lei Orgânica de Assistência Social

- A) somente I, II e IV.
- B) I, II, III e IV.
- C) somente II e III.
- D) somente I e II.
- E) somente I, III e IV.

71. Os planos, programas e projetos são os meios pelos quais o planejamento se expressa e são também instrumentos de trabalho do Serviço Social. Em relação ao plano, pode-se afirmar:

- A) é o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados.
- B) é o documento que indica um conjunto de programas cujos resultados permitem alcançar o objeto maior de uma política pública.
- C) é a forma contemporânea de planificação.
- D) é o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objeto maior de uma política pública.
- E) é a menor unidade do processo de planejamento.



72. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades voltado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que vincula o recebimento de benefício financeiro ao cumprimento de compromissos nas áreas da(o)

- A) alimentação, segurança e educação.
- B) trabalho, previdência social e educação.
- C) educação, cultura e lazer.
- D) saúde, educação e assistência social.
- E) previdência social, educação e cultura.

73. É um dos objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº. 914/1993):

- A) desenvolver programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência.
- B) desenvolver ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- C) estabelecer mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico.
- D) garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência, sem o indesejável cunho de assistência protecionista.
- E) ampliar as alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência.

74. A Lei nº. 7.853/1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social e aponta que os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos da respectiva Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, algumas medidas. Na área da educação, foram viabilizadas medidas como

- A) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação.
- B) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional.
- C) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.
- D) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
- E) a oferta, facultativa e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.

75. O marco inicial de implantação do Sistema Único de Assistência Social foi

- A) o Conselho Nacional de Assistência Social.
- B) o Centro de Referência de Assistência Social.
- C) a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.
- D) o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E) a Lei Orgânica de Assistência Social.

76. De acordo com Simões (2011), os princípios da seletividade e distributividade presentes na Seguridade Social são considerados os mais complexos pois se contrapõem a dois outros princípios, dos quais:

- A) diversidade da base de financiamento e irredutibilidade do valor dos benefícios.
- B) irredutibilidade do valor dos benefícios e universalidade.
- C) universalidade e equidade.
- D) irredutibilidade do valor dos benefícios e participação da comunidade.
- E) participação da comunidade e diversidade da base de financiamento.

77. Em relação à supervisão de estágio pelos profissionais de Serviço Social, pode-se afirmar:

- A) não se configura como competência dos profissionais de serviço social.
- B) a supervisão de estágio não se configura como um componente curricular do curso de serviço social.
- C) o exercício de reflexão sobre os fundamentos éticos se mostram como necessários na realização da atividade da supervisão de estágio.
- D) somente pode ser desempenhada por assistentes sociais capacitados para tal função.
- E) pode ser desempenhada por todo e qualquer assistente social.

78. O Sistema Único de Assistência Social criado pela Política Nacional de Assistência Social, rompe com a organização dos serviços com base nos segmentos populacionais específicos e passa a articular-se em redes

- A) de articulação.
- B) de proteção social básica e especial.
- C) sociais.
- D) de interação.
- E) multiprofissionais.

79. Dentre as grandes mudanças trazidas com a Constituição Federal de 1988, destaca-se a instituição da seguridade social, que é compreendida como:

- A) sistema de proteção social que a sociedade visa proporcionar a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais.
- B) constituída pela política de assistência social, de caráter universal destinada àqueles que possuem renda familiar de 4 salários mínimos com a inserção destas em benefícios e na rede de serviços socioassistenciais.
- C) sistema de proteção socioeconômica organizado com base no seguro social que tem como foco os grupos sociais participantes e permanentes do mercado de trabalho.
- D) formada pela política de saúde, de acesso seletivo às áreas de maior vulnerabilidade com base na fragmentação da atenção básica, de média e de alta complexidade.
- E) estruturada por três pilares e, dentre eles, constituído pela política de previdência social, com caráter não contributivo e visa assegurar renda para as situações de risco que retirem ou dispensem o indivíduo da participação na vida economicamente ativa por diversas situações.



80. Dadas as afirmativas seguintes,

- I. advertência;
- II. inserção em regime de semiliberdade;
- III. obrigação de reparar o dano;
- IV. encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), são medidas socioeducativas

- A) apenas II.
- B) I, II e III.
- C) apenas IV.
- D) apenas I e II.
- E) apenas I.